



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA

WILANE FERREIRA DA COSTA

**MODO DE VIDA TRADICIONAL E A RESISTÊNCIA DAS QUEBRADEIRAS
DE COCO BABAÇU, NA COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTO ANTÔNIO
DOS SARDINHAS EM LIMA CAMPOS – MA.**

São Luís - MA

2022

WILANE FERREIRA DA COSTA

**MODO DE VIDA TRADICIONAL E A RESISTÊNCIA DAS QUEBRADEIRAS
DE COCO BABAÇU, NA COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTO ANTÔNIO
DOS SARDINHAS EM LIMA CAMPOS – MA.**

Monografia apresentada ao curso de Geografia da
Universidade Estadual do Maranhão como requisito
para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ademir Terra

São Luís - MA

2022

Costa, Wilane Ferreira da.

Modo de vida tradicional e a resistência das quebradeiras de coco babaçu, na comunidade quilombola Santo Antônio dos Sardinhas em Lima Campos - MA / Wilane Ferreira da Costa. – São Luís, 2022.

57 f

Monografia (Graduação) - Curso de Geografia Licenciatura, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Ademir Terra.

1. Quebradeiras de coco babaçu. 2. Resistência. 3. Campesinato. 4. Quilombola. I. Título.

CDU: 911.372.2:316.35(812.1)

WILANE FERREIRA DA COSTA

**MODO DE VIDA TRADICIONAL E A RESISTÊNCIA DAS QUEBRADEIRAS
DE COCO BABAÇU, NA COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTO ANTÔNIO
DOS SARDINHAS EM LIMA CAMPOS – MA.**

Apresentado em: 11/01/2023

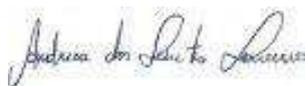
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Ademir Terra (Orientador)
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA



(EXAMINADOR 1)
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA



(EXAMINADOR 2)
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

*Ao meu padrinho e minha tia
Valeriano Bispo e Maria da Glória,
a minha mãe Cleir dos Santos,
aos meus irmãos
Helany Smith, Vinicius Emanuel e Maria de Jesus,
minhas bases.*

*Não existe essa história de luta
por uma única causa,
porque não vivemos vidas de
causas únicas.*

Audre Lorde

RESUMO

A luta e resistência que as mulheres quebradeiras de coco babaçu traçam para conquistar direitos básicos, fortalecer sua identidade e assim fazer a união coletiva na construção do empoderamento coletivo dessas mulheres são característicos destes grupos femininos do campo e se assemelham entre as mulheres da comunidade Santo Antônio dos Sardinhas em Lima Campos – MA, a qual traçamos nosso caminho de análise e estudo para esse trabalho. A comunidade que tem sua organização no modo tradicional do campesinato. Neste contexto apresentamos como objetivo geral do trabalho analisar o modo de produção camponesa e a resistência na procura do coco babaçu na comunidade quilombola Santo Antônio dos Sardinhas em Lima Campos – MA. Os maiores conflitos enfrentados pelas quebradeiras decorrem do avanço da pecuária extensiva e dos impactos que os babaçuais sofrem com as queimadas e derrubadas, tendo como outra problemática, o cercamento e proibição do acesso às palmeiras ainda em ciclo produtivo. Uma das principais políticas criadas para promover e incentivar o extrativismo é a Política de Garantia do Preço Mínimo (PGPM-BIO), esta foi instituída com o intuito de garantir que o preço da amêndoa do babaçu não seja desvalorizado, existe ainda uma subvenção anual para incentivar as mulheres a continuar na atividade do coco, protegendo os babaçuais e tentando garantir a continuidade do extrativismo do babaçu.

Palavras-Chave: Quebradeiras de coco babaçu; resistência; campesinato; quilombola.

ABSTRACT

The struggle and resistance that babassu coconut breakers draw to conquer basic rights, strengthen their identity and thus make the collective union in the construction of the collective empowerment of these women are characteristic of these rural female groups and are similar among the women of the Santo Antônio community dos Sardinhas in Lima Campos – MA, which we changed our path of analysis and study for this work. The community that has its organization in the traditional way of the peasantry. In this context, we present as the general objective of the work to analyze the peasant production mode and the resistance in the search for babassu coconut in the quilombola community Santo Antônio dos Sardinhas in Lima Campos - MA. The biggest conflicts faced by the breakers stem from the advance of extensive livestock and the impacts that the babassu trees suffer from burning and clearing, with another problem being the fencing and prohibition of access to palm trees still in the productive cycle. One of the main policies created to promote and encourage extractivism is the Minimum Price Guarantee Policy (PGPM-BIO). encourage women to continue in the coconut activity, protecting the babassu forests and trying to guarantee the continuation of babassu extraction.

Keywords: Babassu coconut breakers; Resistance; Peasantry; Quilombola.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus e aos Orixás por me guiar para o sucesso, me protegendo da inveja e me guiando para os meus maiores sonhos.

Ao meu padrinho, Valeriano Bispo, por investir em toda a minha educação, que nunca desistiu de mim e é minha imagem paterna.

A minha tia Maria da Glória, que me criou desde a minha idade de 1 ano, me ensinou a ler e escrever. Lembrando que quando ela trabalhava de doméstica, me levava para brincar com os filhos dos padrões, mas todas as situações passadas na minha infância ao seu lado me deram forças para conquistar meus sonhos e lhe dar orgulho.

A minha mãe Cleir dos Santos, que sempre me protegeu e me ensinou as coisas da vida. Aos meus irmãos mais novos, Vinicius Emanuel e Maria de Jesus pelo suporte.

A minha irmã mais velha Helany Smith, dedico este parágrafo de agradecimento, pois você sempre foi minha maior inspiração para prosseguir estudando. Na infância me ajudava com as lições de casa e hoje nós chegamos ao sonho da graduação, você já advogada e eu futura professora.

A minha tia Celma, por ir me buscar todos os dias na parada de ônibus, mesmo depois de um dia super cansativo de trabalho. A minha madrinha Adriana Soares, por todo apoio. Aos meus avós *in memória*, Raimundo Baima e Maria Rosa, que sustentou seus filhos através do coco babaçu e do trabalho na roça.

Agradeço ao professor Ademir Terra, pela orientação enriquecedora, por acreditar no meu potencial, por me disponibilizar meios para eu desenvolver esta pesquisa. Deixo aqui minha gratidão ao grupo GEPQAM, por todo o suporte e amizades conquistadas.

Ao meu querido amigo Vanderson Viana, por acreditar em mim e me dar forças para continuar na luta e nunca desistir dos meus objetivos e sonhos.

Aos meus queridos amigos Henrique Coelho, Antônio Cruz e Alex Pereira por todo apoio, orientação e carinho que tiveram por mim neste momento final da graduação.

Aos meus colegas de graduação: Edila Fernandes, Tarcilia Serra, Vivian Nou, Darcilene, Elton John, por toda ajuda que tivemos nos trabalhos e por toda diversão durante toda a graduação.

Aos meus amigos do Centro Acadêmico de Geografia: Giselle, Matheus, Bruno, pela confiança e trabalhos nos 3 anos de nossa gestão.

Agradeço a todas as quebradeiras de coco babaçu que se disponibilizaram a me ajudar no desenvolvimento e colaboração desta pesquisa.

Agradeço a dona Irla Angélica, quebradeira de coco babaçu que me inspirou muito para escrever este trabalho, pois sua luta e resistência na vida do coco me inspirou todos os dias para continuar, pois ela com suas indignações com os descasos que as quebradeiras ainda enfrentam todos os dias.

Agradeço a minha companheira Larissa Araújo, por todo carinho, dedicação, por toda paciência, toda ajuda, todo amor e respeito nesses últimos anos de união.

Aos demais que não foram citados, saibam que vocês estão guardados no meu enorme coração.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Localização do município de Lima Campos – MA
- Figura 2** - Foto da prefeitura municipal de Lima Campos
- Figura 3** - Foto da prefeitura municipal de Lima Campos dia atuais
- Figura 4** - Localização geográfica da comunidade Santo Antônio dos Sardinhas
- Figura 5** - Mapa de Bovinos do Maranhão por Efetivo do rebanho
- Figura 6** - Ranking - Bovinos dos Municípios do Maranhão por Efetivo do rebanho
- Figura 7** - Área queimada para roça
- Figura 8** - Maria Eunice e sua filha no trabalho manual do coco
- Figura 9** - Mulheres em união no trabalho manual da quebra do babaçu
- Figura 10** – Local de quebra manual do babaçu próximo a casa da quebradeira
- Figura 11** - Nota Fiscal disponibilizada pela PGPM-Bio
- Figura 12** - Cálculo da Subvenção do PGPM-Bio
- Figura 13** - Coco babaçu
- Figura 14** - Gráfico da quantidade e preço da produção 2016-2022
- Figura 15** - Tabela preenchida por comprador idôneo com dados de mãe e filhas
- Figura 16** - Gráfico do valor da amêndoa de Babaçu
- Figura 17** - Dona Maria Eunice fazendo a quebra manual do babaçu

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1:** Leis Municipais do “Babaçu Livre” aprovadas;
- Quadro 2** - Leis Estaduais do Babaçu Livre;
- Quadro 3** - Preço de subvenção da PGPM-Bio em 2021.

LISTA DE SIGLAS

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

PGPM-Bio - Política de Garantia do Preço Mínimo

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE - Programa de Alimentação Escolar

Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Uema - Universidade Estadual do Maranhão

Gepqam - Grupo de Estudos sobre a Questão Agrária e Movimento Sociais

MA - Maranhão

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	CAPÍTULO 1 - TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE E SUAS ABORDAGENS PARA A COMUNIDADE	18
1.1	Território	18
1.2	Territorialidade	20
2	CAPÍTULO 2 - LOCALIZAÇÃO E HISTÓRICO	22
2.1	Histórico e Localização da Comunidade Santo Antônio dos Sardinhas	23
2.2	Município de Lima Campos	25
2.3	Histórico da Comunidade Santo Antônio dos Sardinhas	25
2.4	Modo de Vida Tradicional	26
3	CAPÍTULO 3- PECUÁRIA EXTENSIVA NO MARANHÃO	30
3.1	A pecuária extensiva no Maranhão	32
3.2	Degradação das áreas do babaçu na comunidade	33
3.3	O futuro da cultura extrativista do babaçu	35
4	CAPÍTULO 4 - DIREITOS, LEIS E O BABAÇU	38
4.1	Legislações, Resistência e Luta das mulheres quebradeiras do MIQCB	39
4.2	Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) e o “dinheiro do coco”	46
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS	58

INTRODUÇÃO

Esse trabalho busca entender o desenvolvimento e envolvimento das quebradeiras de coco babaçu e o território, na comunidade quilombola Santo Antônio dos Sardinhas no município de Lima Campos – MA. Levando em consideração os conflitos que as quebradeiras enfrentam, suas lutas e conquistas durante os anos de extrativismo.

Com base numa vivência de quase dois anos dentro da comunidade e observando suas dinâmicas diárias foi possível analisar suas lutas de resistências e conquistas passados na comunidade, levantando reflexões ligadas ao território em que estão inseridos e como a seu envolvimento com ele levou a territorialidade, para assim compreender a organização do modo de vida tradicional camponês a comunidade em questão.

Mesmo com a criação e consolidação de leis, da busca pela conscientização sobre a preservação dos biomas, e neste caso específico, a mata dos cocais, ao longo dos anos, vem sofrendo com a redução de suas áreas devido ao aumento dos pastos para a pecuária extensiva e de outras atividades ligadas à produção de *commodities*¹.

O objetivo desta pesquisa é compreender a atual situação dos conflitos enfrentados pelas quebradeiras de coco babaçu, levantar a situação das políticas públicas voltadas para essas mulheres, abordando a principal política utilizada dentro da comunidade sendo a política de garantia do preço mínimo e como os impactos sofridos pela mata dos cocais afetam o socioeconômico das quebradeiras da comunidade.

As análises empreendidas nesta obra acadêmica foram baseadas em uma vivência pessoal, a qual durou aproximadamente dois anos, na referida comunidade desta pesquisa, logo ancorada pelo método etnográfico, consubstanciado na mais profunda realidade das principais atrizes sociais deste trabalho, que são as quebradeiras de coco babaçu, norteando-se na análise da cultura, organização, costumes, economia, cresça e outros aspectos antropológicos.

o método etnográfico [...] sendo composto de técnicas e de procedimentos de coletas de dados associados a uma prática do trabalho de campo a partir de uma convivência mais ou menos prolongada do(a) pesquisador(a) junto ao grupo social a ser estudado. (ROCHA; ECKERT, 2008).

¹ Commodities são produtos da agropecuária em estado bruto ou pouco industrializado, produzidos em grande escala e destinados a exportação.

Metodologicamente, a pesquisa foi realizada em quatro etapas, tendo a primeira o levantamento bibliográfico em artigos científicos, livros, anais de eventos, projetos, monografias, teses, relatórios, periódicos, sites e outros documentos; a segunda, o trabalho de campo e as entrevistas; a terceira, elaboração dos mapas foi realizada através dos dados obtidos no site do IBGE, utilizando o programa Qgis na versão 3.16 e com ajuda das imagens de satélite do Google Satélite; e as organizações e tabulações dos dados obtidos no campo.

O foco principal deste trabalho são as quebradeiras de coco babaçu da comunidade Santo Antônio dos Sardinhas, desta forma, foram escolhidas para as entrevistas apenas 10 mulheres quebradeiras que moram na comunidade. A escolha específica dessas mulheres se deu por motivo da sua interação com a mesma compradora idônea² de suas amêndoas de babaçu.

As entrevistas foram realizadas em três dias, conforme a disponibilidade das quebradeiras para participar das entrevistas. Assim, as questões (apêndice A) foram elaboradas com base na realidade do modo de vivência e organização destas mulheres no seu território. Os diálogos foram realizados nas casas das quebradeiras, para que elas se sentissem mais confortáveis para responder as perguntas, visando conversas mais abertas.

Utilizou-se o método dialético para destrinchar os dados obtidos na pesquisa no tocante à realidade quebradeiras de coco babaçu da comunidade e as práticas da pecuária extensiva que agridem os territórios dos babaçuais.

Para o capítulo 1, *Território e territorialidade e suas abordagens para a comunidade*, tratando das concepções teóricas e metodológicas da pesquisa como a categoria geográfica território lastreada nas obras de autores como Fernandes (2009); Haesbaert (2007); Raffestin (2009); Saquet (2007); Sposito (2004), em segundo plano a territorialidade da comunidade baseada em autores como Haesbaert (2007), assim tendo o modo tradicional da comunidade quilombola como territorialidade específica ao uso do território sendo levado em consideração como atividades do campesinato.

O capítulo 2, traz a localização do município de Lima Campos e a localização da comunidade quilombola Santo Antônio dos Sardinhas, além dos históricos de ambos. Colocando o modo de vida da comunidade, seus costumes e tradições.

O capítulo 3, *Pecuária extensiva no Maranhão*, aborda o avanço das atividades da agropecuária, ligadas ao agronegócio e seus impactos nas matas dos cocais, pois por

² Compradora idônea: estabelece relação de confiança e responsabilidade com as quebradeiras de coco babaçu para preencher as fichas de compra e venda.

ser um ecótono localizado entre os biomas Amazônico e o Cerrado que são os biomas mais atingidos pelos desmatamentos e queimadas para dar espaço às atividades ligadas ao agronegócio, como a monocultura intensiva e pecuária extensiva. Analisamos, como o modo de vida das quebradeiras é afetado pela ausência de fiscalização e com a derrubada e queimada dos babaçuais ainda fase produtiva.

No capítulo 4, *Direitos, Leis e o Babaçu*, apresenta as conquistas de direitos básicos das mulheres do campo, sua união e reconhecimento de sua identidade que está ligada a um empoderamento coletivo, tendo como seu maior marco a união e o surgimento do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, que tem como principal objetivo a preservação dos babaçuais, a reivindicação os direitos das quebradeiras de coco babaçu e a criação de políticas públicas que visam a manutenção das atividades extrativistas.

A criação de Leis municipais dentro do Maranhão, contra o corte das palmeiras de babaçu e a luta do MIQCB e das quebradeiras de babaçu fez com que um Projeto de Lei fosse desenvolvido e levado para o Congresso Federal, mas infelizmente ainda não foi aprovado. Foi possível também, analisar a Política Nacional de Garantia do Preço Mínimo – PGPM, voltado para o extrativismo, que neste caso insere mulheres que trabalham com coco babaçu para o recebimento do valor de subvenção e facilita e incentiva a permanência da quebra do manual do Babaçu.

No capítulo 5, apresentamos as *Considerações finais* desta pesquisa, apresentando uma síntese das temáticas abordadas em cada capítulo.

CAPÍTULO 1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE E SUAS ABORDAGENS PARA A COMUNIDADE



Neste capítulo serão abordados os conceitos do território, baseando-se em autores que, em nosso juízo, melhor trabalham com essa categoria geográfica e apresentando reflexões sobre o assunto. Buscamos relacionar como os quilombolas estão vinculados ao ecossistema do seu território, mantendo resistência e luta para preservar suas áreas, valorizando suas culturas e mantendo o modo tradicional.

1.1 Território

O território encontra-se em construção incessante, fixado em modificações de diferentes formas. Para as análises e discussões de território neste trabalho serão apresentadas por autores da Geografia que melhor esclarecem o conceito para o desenrolar desta pesquisa.

As discussões sobre a categoria território foram elaboradas com base nos conceitos apontados por autores como Fernandes (2009); Haesbaert (2007); Raffestin (2009); Saquet (2007); Sposito (2004). Desta forma, para a importância desta categoria na concepção de território para o autor Fernandes (2009) é expressa como:

[...] território como espaço de governança, mas reconhecendo os outros tipos de territórios fixos e fluxos, materiais e imateriais, formados pelas diferentes relações sociais e classes sociais (FERNANDES, 2009, p. 200 e 201).

Segundo o autor Fernandes (2009), o território se inicia com o espaço de governança, tendo como uma das principais características do meio, sendo um conjunto de mecanismos que levam o território a sua organização mais simples. Outra colocação do autor são os fixos que se caracterizam por objetos que só conseguem ter “vida” ou serventia com a presença dos fluxos que manuseiam os fixos, criando significados para ambos.

O território caracteriza-se por seus aspectos quase únicos, e suas atividades econômicas refletem diretamente no modo de vida e de comportamento deles, modelando ainda mais os aspectos territoriais. Assim, o território passa a ser compreendido para além de abrigo, como um receptáculo de investimentos econômicos feitos por pessoas (SAQUET, 2007).

Ainda com o mesmo pensamento de Saquet (2007), o autor Sposito (2004, p.112) diz que o território “é fonte de recurso e só assim pode ser compreendido quando enfocado em sua relação com a sociedade e suas relações de produção”. Desta forma, o

território em desenvolvimento a partir das concepções do território quilombola, que apresentam nessas áreas uma boa produção de alimentos agroecológicos de qualidade, que servem de subsistência, para a venda ou como moeda de troca. A existência de regiões quilombolas com terras férteis e bem localizadas se deu pelo fato de que alguns desses locais estarem nas mesmas áreas das antigas fazendas de escravos, que viviam da produção do agronegócio da época.

Na concepção do autor Raffestin (1993), o território:

[...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, [...] O território é também um produto "consumido", ou, se preferirmos, um produto vivenciado por aqueles mesmos personagens que, sem haverem participado de sua elaboração, o utilizam como meio. (RAFFESTIN, 1993, p. 7).

Raffestin (1993) coloca como conceito para esta categoria geográfica que é um resultado do que os próprios “atores sociais” trabalham na localidade que estão inseridos, sendo, ainda na concepção do autor, o território pode ser considerado um meio consumível e vivenciado por esses atores, mas desvinculados à sua elaboração, e sim utilizando como meio de produção, tendo caráter harmonioso ou não com o território e sua produção.

O território caracteriza-se por seus aspectos quase únicos sendo diferenciados em cada lugar, suas atividades econômicas são refletidas do modo de vida e de comportamento dos atores sociais, modelando ainda mais os aspectos territoriais. Desta forma, é importante ressaltar que “o território passa a ser compreendido para além de abrigo, como um receptáculo de investimentos econômicos feitos por pessoas” (SAQUET, 2007, p. 27).

Para as quebradeiras de coco babaçu, o seu território não é apenas para moradia, sendo para elas do extrativismo o seu investimento financeiro, colocando em prática.

Para Sposito (2004) o território “é fonte de recurso e só assim pode ser compreendido quando focado em sua relação com a sociedade e suas relações de produção”. Diante disso, as áreas quilombolas desta pesquisa apresentam alta produtividade de produtos agroecológicos. Isso ocorreu por motivos coloniais, no qual os antigos donos de fazendas escravistas, escolhiam localidades que apresentavam ótimas condições para a suas atividades agrícolas.

Para as quebradeiras de coco desta pesquisa, o seu território é baseado na proteção dos fixos sendo as palmeiras do babaçu, que são sua fonte de renda, confirmando a relação

entre esse corpo social em sua maioria feminino e a concepção do “território consumido” correlacionado com o meio de produção. Desta forma, essa relação levanta a discussão da territorialidade que existe entre as quebradeiras de coco babaçu e o meio em que os modelam economicamente, com a cultura adaptada para sua vivência no território.

1.2 Territorialidade

Os movimentos e identidades que o território apresenta são característicos da relação que a população inserida em uma determinada localidade vai expressar para manter-se naquele lugar. No caso das quebradeiras de coco babaçu, o seu território é a área onde as palmeiras de babaçu estão localizadas, sua territorialidade é a proteção dos babaçuais e, principalmente, de como a atividade da quebra do coco movimenta a economia na vida dessas mulheres. Assim como Raffestin (1993) coloca que:

[...] a territorialidade é definida como "um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou pelos que os definem". (SOJA, 1971, p. 19; apud. RAFFESTIN, 1993 p. 159).

Colocado como um fenômeno devido sua ocorrência natural, a territorialidade para o autor Raffestin (1993) é um acontecimento que leva a um método de organização do local onde um grupo específico de atores sociais que estão introduzidos, com seus costumes e influências territoriais, levantando pontos únicos de cultura, atividades, meios de uso das terras, uso dos recursos naturais e seus meios de subsistência.

Para Haesbaert (2007) a territorialidade colocada como algo além de “incorporação de uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais”, que trazendo para a realidade das quebradeiras de coco babaçu desta pesquisa, mostra uma relação direta com o uso da terra de forma consciente, suas organizações que levam para a identidade dessas mulheres.

Para o autor Sack (1986):

A Territorialidade nos humanos é melhor pensada não como algo biologicamente motivada, mas sim enraizada socialmente e geograficamente. Seu uso depende de quem está influenciando e controlando o quê e quem, nos contextos geográficos de espaço, lugar e tempo. A Territorialidade está intimamente relacionada com como as pessoas usam a terra e como elas organizam-se no espaço, e como elas dão sentido ao lugar. Claramente, essas

relações mudam, e a melhor maneira de estudá-las é a de revelar sua mudança de caráter em relação ao tempo. (SACK, 1986, p. 3)

Na concepção de Sack (1986), territorialidade não é um fenômeno que aparece biologicamente no meio social e que se apresenta como raiz de origens na sociedade geograficamente localizada e adaptadas ao espaço que estão inseridos. Assim, a mata dos cocais encontra-se em uma área de transição, mas principalmente no bioma cerrado, fazendo com que os costumes das quebradeiras de coco babaçu sejam enraizados pela adaptação a esse território, aos seus fenômenos naturais, políticos, econômicos etc.

Já segundo Almeida (2008):

As territorialidades específicas podem ser entendidas aqui como resultantes dos processos de territorialização, apresentando delimitações mais definitivas ou contingentes, dependendo da correlação de força em cada situação social de antagonismo. Distinguem-se neste sentido tanto da noção de “terra”, *stricto sensu*, quanto daquela de “território”, conforme já foi sublinhado, e sua emergência atém-se a expressões que manifestam elementos identitários ou correspondentes à sua forma específica de territorialização. (ALMEIDA, 2008, p. 51)

Como aponta Almeida (2008), a forma em que um corpo social se instala no território, vai influenciando diretamente em sua territorialização, neste caso, a territorialidade da comunidade quilombola Santo Antônio dos Sardinhas fazem a inclusão das quebradeiras de coco babaçu e seus hábitos e costumes diários, mostrando a força da área agregada a esta parcela da sociedade. Mostrando o laço homem e natureza de respeito pelo meio e subsistência para o homem.

Na perspectiva das mudanças que acontecem na territorialidade, elas são bem mais claras e discutidas quando as alterações ocorridas naquele meio social, são transparentes e quando são colocadas as mudanças de caráter devido fenômenos como o tempo.

Assim, tocando na temática da territorialidade e os resultados das formas de uso do território, levando a meios de atividades de produtividade ou não, equilíbrio ou não, e outras formas de práticas dos atores de cada território. A territorialidade encontra-se diretamente ligada aos movimentos do território e o que ele oferece.

CAPÍTULO 2

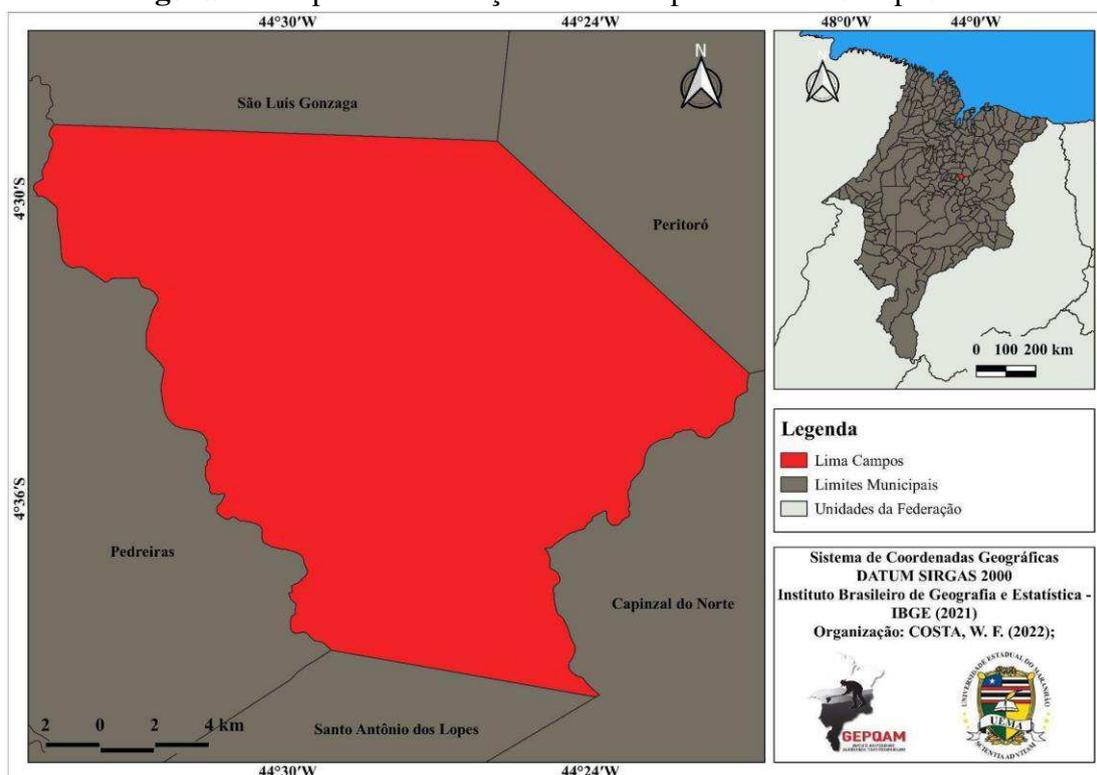
LOCALIZAÇÃO E HISTÓRICO



2.1 Município de Lima Campos

A comunidade quilombola Santo Antônio dos Sardinhas localiza-se no município de Lima Campos - MA (Figura 1), na mesorregião Central do Maranhão, no médio Mearim, como limites para os municípios de Capinzal do Norte, Pedreiras, Peritoró, Santo Antônio dos Lopes e São Luís Gonzaga, com uma população estimada de pouco mais de 11.900 habitantes para o ano de 2021 (IBGE, 2022).

Figura 1 - Mapa de localização do município de Lima Campos - MA



Fonte: Costa, 2022.

Segundo o IBGE (2017) Lima Campos antes de se tornar município, era uma colônia no município de Pedreiras - MA, isso aconteceu após abril de 1932, quando Manoel Cesário natural do Rio Grande do Norte, procurando interventor Cerca da Mata, assim criando com urgência uma colônia às margens do Rio Itapecuru com outros moradores oriundos de Caicó - RN, fugindo da seca que assolava aquela região.

Ainda segundo o IBGE (2017), sabendo da situação, o ex-prefeito de Pedreiras ofereceu ao interventor uma localidade em seu município que apresentava terras mais férteis, sendo aceito pelo interventor e construindo uma nova colônia que no futuro se tornaria o município de Lima Campos - MA.

Mesmo com a área destinada a já apresentar moradores, assim “as terras da data Santa Amália foram adquiridas do Sr. Antônio Magalhães, o primeiro povoador, ainda em 1932” (IBGE, 2017). Após a instalação dos novos moradores, foi nomeado como administrador da localidade o agrônomo Benjamim Cortez, que conduziu importantes trabalhos em sua área, fazendo com que outras famílias se deslocassem para a região. Mas, somente com a Lei nº 2180 de 30 de dezembro de 1961 que ocorreu o desmembramento do município de Pedreiras - MA.

Figura 2 - Foto da prefeitura municipal de Lima Campos



Fonte: IBGE, 2017.

Figura 3 - Foto da prefeitura municipal de Lima Campos dia atuais

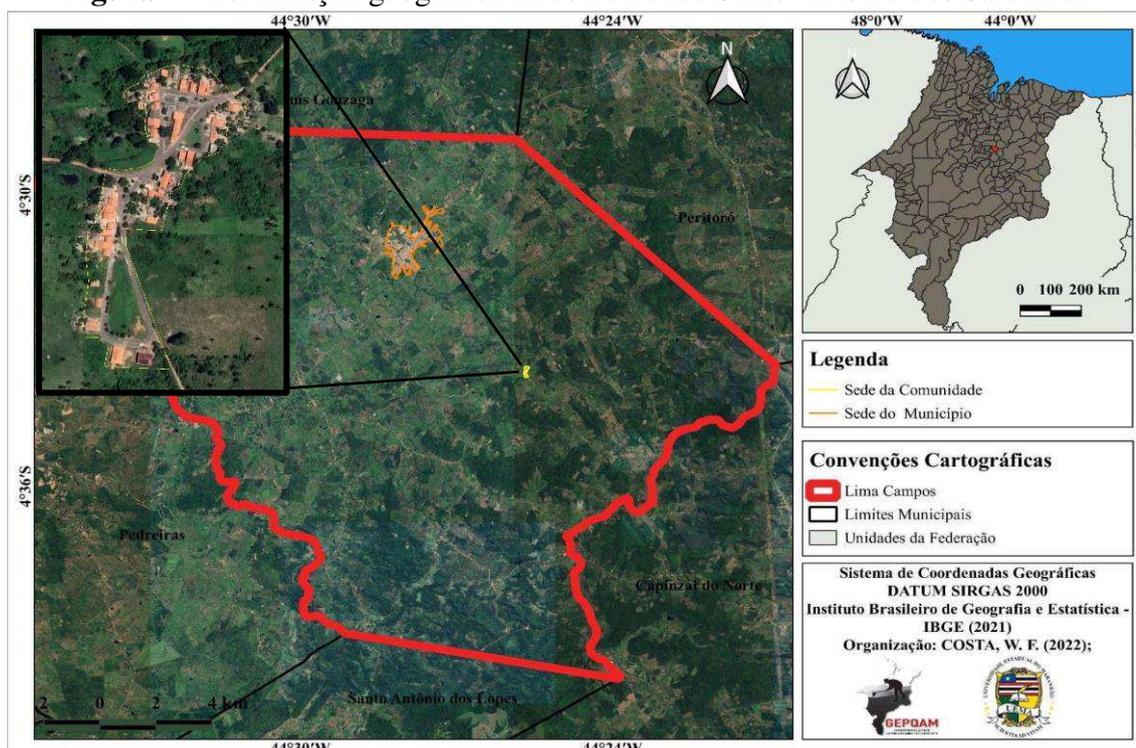


Fonte: NETO, 2021.

2.2 Histórico da Comunidade Santo Antônio dos Sardinhas

A comunidade quilombola Santo Antônio dos Sardinhas (Figura 4) teve sua certificação da Fundação Palmares no ano de 2005, mas sua história começou no ano de 1888 como área quilombola.

Figura 4 - Localização geográfica da comunidade Santo Antônio dos Sardinhas



Fonte: COSTA, 2022

Desta forma, antes de se tornar área quilombola, existia uma fazenda na localidade que segundo os moradores da comunidade, era um português chamado Ant3nio Sardinha que era propriet3rio de uma fazenda que praticava o monocultivo do algod3o, muito comum para a realidade do Maranh3o na 3poca.

A produ3o de algod3o no estado no per3odo do imp3rio no Brasil era voltada para a exporta3o, como coloca Martins e Melo (2018) diz que o algod3o:

[...] se tornou a mercadoria mais valiosa de duas regi3es da Am3rica Portuguesa: Maranh3o e Pernambuco. Foi o segundo principal produto de exporta3o da col3nia portuguesa entre 1796 a 1811 [...] per3odo em que as regi3es brasileiras exportaram 5.664.372 arrobas de algod3o para Portugal. Somente a regi3o Amaz3nica (que englobava Maranh3o e Gr3o-Par3) e Pernambuco (conjuntamente com a capitania vizinha da Para3ba) responderam por 83,70% dos despachos. (MARTINS; MELO, 2018, p. 3)

Como citado em Martins e Melo (2018) mostrando dados da produção de algodão do estado do Maranhão e n Brasil, podemos observar que os números desta atividade de agroexportação são bem altos para a época que não apresentava tantos recursos tecnológicos para conseguir manter a meta de exportação do algodão, que era o principal produto para a indústria têxtil.

Para obter uma exportação com dados expressivos, empregava-se a mão de obra escrava, que trabalhava com precárias condições de trabalho. Essas condições de trabalho, produção e venda fez com que aumentasse o acúmulo de capital dos fazendeiros. Diante disso, para este período histórico, “a acumulação de capital no sistema mercantilista aproximava o investimento do lucro à medida que se imobiliza em fatores de produção (ferramentas, máquinas, oficinas, etc.)” (BARBOSA, 2005).

Por meio da Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, que sancionou a abolição da escravatura e a assim esperada liberdade para os povos escravizados. Com a Lei nº 3.353, alguns donos de fazendas não podiam ficar com os escravos e o declínio comercial da época para alguns monocultivos fez com que donos dessas propriedades abandonaram o local ou simplesmente colocasse os “ex-escravos” para fora de suas fazendas.

No caso da comunidade desta pesquisa, segundo os moradores mais antigos o dono da fazenda de algodão abandonou a localidade, deixando tudo para trás, e os escravos que ali ficam, fizeram uma grande festa de comemoração que durou três dias, essa comemoração foi com uma roda de tambor de crioula, tipo dos costumes das comunidades afrodescendentes. Assim, essa festa que durou 3 dias, foi a comemoração do início do quilombo e o maior marco histórico para a comunidade que já possui 134 anos de existência.

A permanência na área fez com que os alguns desses escravos libertos se organizassem para que ocorresse a permanência no local, sua reorganização foi pautada em atividades de policultura como a plantio de roças para a subsistência da comunidade, já que as terras são de uso coletivo.

2.3 Modo de Vida Tradicional em Santo Antônio dos Sardinhas

Com o fim da escravidão e o abandono do antigo dono da fazenda, os escravos da comunidade Santo Antonio dos Sardinhas ficaram no local, e assim puderam iniciar sua organização em seu novo território, e com a Constituição de 1988, em seu art. 68 afirma que as comunidades quilombolas ganham a definição de suas terras, com titulação

coletiva. Assim, podendo iniciar as atividades coletivas para a comunidade, no qual Marques (1994, p. 145) aponta que:

[...] modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade (MARQUES, 2004, p. 145, apud RANGEL, 2017, p. 185).

As relações familiares é um dos pontos mais importantes para o entendimento do modo de vida da comunidade, pois como os moradores da comunidade são parentes, sempre existirá essa relação entre os moradores, facilitando e fortalecendo a solidariedade entre eles. Desta forma, a organização dos moradores é um ato familiar em Santo Antônio dos Sardinhas, já que a maior parte dos moradores mais antigos são irmãos ou primos, confirmando como a organização familiar trabalha para uma possível harmonia entre eles.

O modo de vida tradicional da comunidade quilombola é baseado em sua territorialidade e uso coletivo da terra, desta forma, a organização da comunidade quilombola Santo Antônio dos Sardinhas é alicerçada no uso coletivo da terra por todos e visando a produção e reprodução coletiva, como aponta Marques (1994, p. 3):

[...] “um conjunto de práticas cotidianas desenvolvidas por um determinado grupo social e decorrente de sua história, da posição que ocupa na sociedade envolvente e da forma específica que assegura a sua reprodução social”. (MARQUES, 2004, p. 145, apud RANGEL, 2017, p. 185).

Como já mencionado a organização territorial foi instituída com a coletividade, no qual seu principal fator é inserir todo o corpo social para uma rotina de colaboração de afazeres, como o rodízio das roças de toda a comunidade dentro da área da comunidade, que com suas sementes crioulas selecionadas da produção do ano anterior, separadas pela sua qualidade para plantá-las no ano seguinte, costume que é realizado até os dias atuais.

A seleção da área acontece com o respeito de um certo período para cada região de plantio diferente, depois do consenso comunitário a área é preparada por todos em dias específicos, que facilitam que todos ou a maioria que irão “colocar roça” e desempenhar suas atividades para a subsistência.

É importante ressaltar que o controle da alimentação segura é um ato das mulheres, “tradicionalmente as mulheres são agentes da produtividade dos alimentos

saudáveis, resistindo contra as sementes e produtos transgênicos é favorável à permanência das sementes crioulas" (BASSANESI, 2022, p. 60)

A manutenção da comunidade é outra forma de organização do modo tradicional, como a limpeza das áreas de estradas que eram realizadas de forma coletiva, mas após a separação de alguns lotes da comunidade, iniciou a individualidade de algumas práticas que mostravam união. Outra forma de coletividade é o cuidado com os poços de água, já que mesmo com a presença do poço artesiano construído pela prefeitura, ainda existe a limpeza do território, pois quando o poço artesiano apresenta defeito passam dias para o conserto.

Pode-se observar que depois das roças, o maior ato de coletividade é o festejo em comemoração à “liberdade” no ano de 1888 e associado ao padroeiro da comunidade que é Santo Antônio, tendo força para sua existência até os dias atuais. O festejo é realizado uma vez ao ano, e só ainda é realizado devido a organização familiar da comunidade, que para cada ano é escolhido uma família que reside na área para realizar a festa anual, na qual todos desta mesma família devem participar.

Para as mulheres, no período do festejo fica o costume decorar a igreja (Figura 2) da comunidade que também é centenária, elas cozinham para todos os visitantes da comemoração, elas têm o papel na cultura com o tambor de crioula que é realizado no último dia de festa, o chamado “lava pratos”, na procissão as mulheres que trazem as ladainhas para cantar durante o cortejo para Santo Antônio.

Figura 2 – Morada segurando a bandeira do mastro em frente à igreja da comunidade



Fonte: CANTANHÊDE, 2020.

As mulheres da comunidade, apresentam um papel crucial dentro daquele corpo social como a organização religiosa na orientação familiar com as atividades domésticas, da roça com as sementes minuciosamente selecionadas para o plantio de cada ano, as divisões das tarefas, e principalmente com a educação dos seus filhos, que para elas, tem importância insubstituível, visando a melhoria das condições de vida familiar.

A comunidade se baseia em subsistência para suprir certas necessidades, desta forma, mantendo um regime de organização do uso do território e regime de organizações do uso do território e definindo a real característica desenvolvida por amplas comunidades, com o uso do território que foi conquistado.

CAPÍTULO 3

PECUÁRIA EXTENSIVA E SUA DESAVENÇAS



3.1 A pecuária extensiva no Maranhão

No território maranhense, a sua ocupação se deu de forma desregulada, com ênfase nas frentes de ocupação, como a frente de ocupação do litoral ou frente do Norte que iniciou sua distribuição populacional do litoral maranhense, mais especificamente na cidade de São Luís, e adentrando para o continente pelos vales dos principais rios do estado. Já a frente de ocupação dos sertanejos ou do gado, buscavam terras férteis e mais vazias (os pastos bons) para aplicarem a pecuária extensiva, que ocupava o leste e o centro sul do estado.

A frente que iniciou a ocupação do centro do Maranhão, foi a frente sertaneja, cujo suas características é o avanço do gado, sendo uma das principais formas de atividade econômica da época. Outro meio econômico era a monocultura como a do algodão e da cana-de-açúcar (CABRAL, 1992).

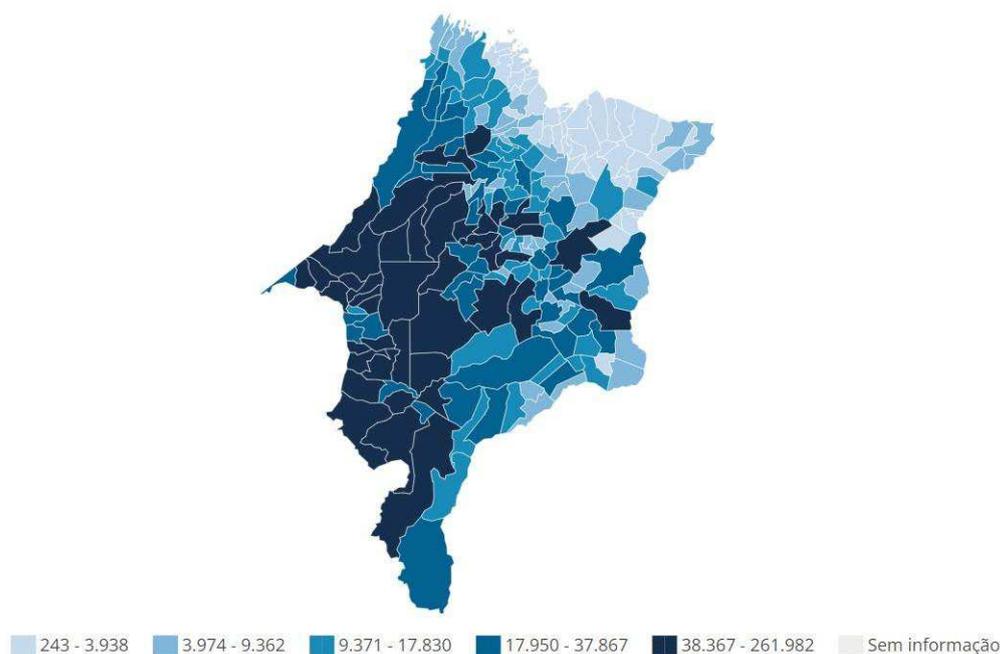
Para além dos povos originários que já residiam no continente do estado do Maranhão, a marca do gado foi um dos maiores desenvolvedores de territorialização no estado junto com povos que fugiam da seca de outras regiões do nordeste brasileiro, dando início ao cenário da expansão do gado no estado, que no Maranhão.

Nos anos de 1995 e 1996 o Maranhão atingiu a marca de 3.902,609 milhões de cabeças de gado segundo o censo agropecuário (IBGE, 1996). Desta forma, mostra como a chegada de alguns rebanhos de gado se expandiu pelos pastos naturais do Maranhão e começaram a ganhar espaço em locais de mata e florestas.

No ano de 2006, o censo agropecuário mostrou um número de pouco mais de 5,5 milhões de cabeças de gado no estado do Maranhão (IBGE, 2006). Esses números mostram que o crescente rebanho bovino já tomava grande parte do território maranhense e dando início aos desmatamentos e queimada, que são as estratégias utilizadas pelo agronegócio para derrubar florestas e expandir as áreas de pasto.

O censo agropecuário de 2017 mostra que o estado do Maranhão apresenta pouco mais de 5,4 milhões de bovinos (IBGE, 2017), apresentando uma queda no número de cabeças de gado. Por tanto, mesmo com as citações do início da entrada do gado no estado no leste maranhense, atualmente os maiores índices de cabeças de gado no Maranhão se encontra na região oeste do estado como mostra a Figura 5.

Figura 5 - Mapa de Bovinos do Maranhão por Efetivo do rebanho



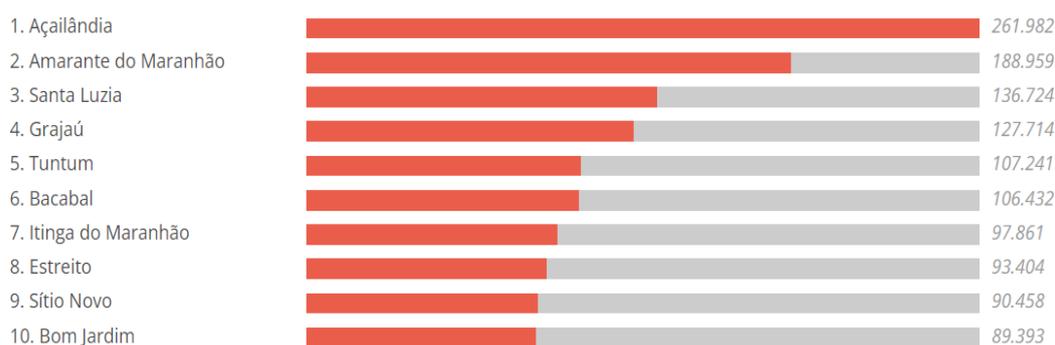
Fonte: IBGE, 2017

A figura mostra como a expansão do gado para o interior do estado é um fenômeno histórico e econômico da organização territorial do estado, já que o mapa se refere ao ano de 2017. Desta forma, é importante ressaltar a ocorrência da ocupação por migrantes de outros estados, oriundos de outras áreas do nordeste do Brasil em busca dos “pastos bons”, que ficavam situados no leste maranhense, dando origem ao atual município de Pastos Bons.

[...] fundado na década de 1740, o povoado Pastos Bons [...] existiam-se os campos naturais cobertos de exuberantes pastagens [...] numerosos rios perenes, [...] condições naturais charmariz e condicionante para que a expansão da frente de vaqueiros avançasse em sua direção. (CABRAL, 1992).

A criação do povoado levou várias pessoas para o leste maranhense em busca de novas condições de vida, fazendo com que aumentasse o número da população da área e o número de gado, levando para o avanço dessas pessoas para outras regiões do Maranhão.

A ampliação do gado para outras áreas pode ser observada até os dias atuais, como mostra a figura 6, com a imagem de um gráfico do ano de 2017 que mostra como o número de cabeças de gado no estado, tendo o município de Açailândia que fica localizado na região oeste do estado e apresentando a maior taxa de bovinos do Maranhão.

Figura 6 - Ranking - Bovinos dos Municípios do Maranhão por Efetivo do rebanho

Fonte: IBGE, 2017.

O grande número de gado, instalados na criação do modo extensivo, na qual animal é criado solto nos pastos e tendo sua engorda no período de até 3 anos, “representa 80% dos sistemas produtivos de carne bovina brasileira” (CEZAR et al., 2005), mostrando como este sistema em grande escala pode prejudicar o ecossistema, pois para a instalação dos pastos são utilizados métodos como o desmatamento das áreas, a passagem do fogo ou de tratores e por último é jogado o capim.

Segundo as quebradeiras, para aplicar a pastagem dentro da comunidade, alguns donos de terra queimam as áreas e com isso não se atentam às palmeiras e todo o resto da vegetação ali presente, tendo como único intuito é a criação dos piquetes para ocorrer o revezamento dos animais no território de sua fazenda. Outro ponto de destruição são as derrubadas das palmeiras de babaçu, que implica diretamente no ciclo do babaçu, para dar espaço ao ciclo de engorda do gado que nesse sistema tem uma durabilidade de três anos.

3.2 Degradação das áreas de babaçu na comunidade

A maior luta e resistência das quebradeiras de coco babaçu é manter a mata de cocais de pé, indo contra fazendeiros que queimam e derrubam os babaçuais, persistindo contra as ilegais proibições do acesso às palmeiras que estão produzindo e se encontram cercadas.

A Mata dos Cocais, também chamada de Floresta de Babaçu, está inserida na zona de transição que passa entre a Amazônia e o extra-amazônico, passando pelo Cerrado. O bioma Amazônico foi o que mais sofreu perdas nos últimos anos, assim, entre os anos de 2000 e 2018 menos 265.113 km², a maior redução de coberturas naturais nos biomas

brasileiros. Em 2018, sua cobertura florestal representava 75,7% de sua área original (IBGE, 2020).

Para o bioma Cerrado, no estado do Maranhão, as palmeiras estão desaparecendo para dar espaço ao monocultivo da soja, milho, a silvicultura e os pastos para a criação do gado. Desta forma, essas áreas são queimadas, aradas para que assim possam jogar sementes do agronegócio que não visa a importância da vegetação local, para a economia e para as pessoas que residem nessas áreas, mas sim ao lucro.

A mata dos cocais, bioma ecótono inserido dentro do Cerrado brasileiro e de grande valor econômico, está sujeito à ocorrência de incêndios de grandes proporções (...) a maioria desses incêndios é a utilização arcaica de queimadas para práticas agropastoris. (CUNHA; DUARTE; SÉRVIO-JUNIOR, 2014).

Por ser um sistema ecótono, a mata dos cocais localiza-se entre a floresta Amazônica e o Cerrado brasileiro, uma área que tem bastante valor econômico para os extrativistas dessas áreas, como as quebradeiras que fazem a extração do babaçu e produzem bens que irão auxiliar economicamente na vida delas.

Como a mata dos cocais está inserida em uma área de transição, um desses bioma é o Cerrado que apresenta um aumento bastante relevante nos últimos anos, desta forma:

O desmatamento no Cerrado mais que dobrou em agosto e setembro deste ano em comparação com o mesmos meses do ano passado. Foram 144 mil hectares desmatados no período em 2022, alto de 135% sobre os 65 mil hectares desmatados em 2021. O aumento da atividade ocorreu principalmente em áreas sem informação fundiária, o que chama a atenção de pesquisadores. Essas áreas concentram 45% da área desmatada e nos dois meses, contra 12% no ano anterior. Imóveis rurais privados têm 48% de toda a área derrubada no bioma no período, sendo que no ano passado eram 77%. (ECODEBATE, 2022).

As atividades do agronegócio levam diretamente ao desmatamento para assim dar espaço às plantações e para os pastos. O ano de 2022 colocou o bioma em uma enorme destruição por parte dos latifundiários que aproveitam a ausência de fiscalizações para poder fazer suas práticas ilícitas contra a natureza, visando seus lucros.

Outra forma de destruição que esta vegetação sofre são as queimadas que ocorrem principalmente por ações antrópicas, visando o plantio de roças até as atividades agropastoris. Na comunidade desta pesquisa, ainda utiliza o fogo para preparar as áreas para o plantio (Figura 7), essa atividade agride as palmeiras do babaçu, levando-as a não produção de seus frutos.

Figura 7 - Área queimada para roça



Fonte: COSTA, 2022.

O fogo também é utilizado para preparar o solo para o plantio do capim, ou para o desenvolvimento dele. Segundo as quebradeiras, outro hábito utilizado por fazendeiros é o corte das palmeiras adultas, pois alegam que a sua sombra atrapalha o desenvolvimento do capim nas áreas de pastos; já quando se trata das palmeiras mais novas, elas são cortadas no período de limpeza do pasto.

Atualmente na comunidade, algumas áreas de roça após a colheita se tornam regiões de pastagem, essas pessoas aproveitam o solo e semeiam as sementes de capim, fazendo com que se tornem pastos, a partir disso, começam a fazer o manejo da área.

Com base nas entrevistas, a comunidade ainda tenta manter o modo tradicional de plantio e fazer o revezamento das áreas de plantio comunitário, mesmo fazendo queima nas áreas de futuras roças, mas a venda das terras para fazendeiros locais dificulta essa atividade e piora a situação da vegetação e do extrativismo da comunidade devido às atividades do pasto e do gado.

3.3 O futuro da cultura extrativista do babaçu

Com o avanço das atividades do agronegócio e de seus impactos na vegetação, as quebradeiras estão presenciando o acelerado processo de extinção da cultura extrativista, por conta da descontinuidade da atividade pelos mais jovens.

É um fato que as quebradeiras deste século utilizam meios para colocar e manter seus filhos na escola, sendo está a realidade a algumas políticas que o governo criou para que a evasão escolar diminuísse, uma delas é o Programa Bolsa Família que tem como regra a presença das crianças nas escolas, “crianças e adolescentes com idades entre 6 e 15 anos devem ter, no mínimo, 85% de presença nas aulas; jovens de 16 a 17 anos, a frequência mínima exigida é de 75%” (BRASIL, 2017).

As condições impostas pelo programa colocaram os filhos das quebradeiras para terminar o Ensino Médio e até chegar na universidade, fazendo com que essas mulheres não dependessem tanto da extração do babaçu.

Por outro lado, alguns jovens e adolescentes, que se casam e formam família muito cedo e não conseguem terminar o Ensino Médio, abandonam a escola e vão quebrar coco, pois para alguns essa é a única atividade econômica disponível. Mas, existem casos em que o desinteresse pela prática é simplesmente pela ausência da importância de manter o tradicional vivo.

A mudança da família para as áreas urbanas também é um dos casos relatados pelas quebradeiras. Assim, a mudança das famílias para as sedes municipais alterou as atividades das quebradeiras e as práticas camponesas das famílias.

Quando as mulheres da terceira idade são inquiridas sobre a vida e o futuro da atividade de quebra do coco, a maioria delas respondem que estão vendo o fim da atividade, por falta de incentivo e informações sobre a importância da atividade para os mais jovens, relatam que em alguns casos as jovens olham a atividade do babaçu como um ato vergonhoso.

O maior exemplo disso é o da dona Amelia (Figura 8) que mesmo colocando suas filhas para estudar, mas como na comunidade não tem o Ensino Fundamental Maior ou o Ensino Médio, tendo que sair do campo e ir para as cidades maiores. Desta forma, uma de suas filhas ainda quebra coco com ela, pois usa o dinheiro que ganha da venda do coco babaçu ajuda no sustento de sua família e pagar contas.

Figura 8 – Dona Amelia no trabalho manual do coco



Fonte: COSTA, 2022.

Mesmo aposentada e doente, ela resiste na quebra do coco para pagar algumas contas e comprar alimentos, pois a maior parte de sua aposentadoria é usada para comprar remédios, pagar consultas e exames, já que tem diabetes e precisa de tratamento. Suas maiores dificuldades são quando tem pouco coco para quebrar e precisa comprar algo com urgência para si própria.

Para essas mulheres, o envelhecimento e o desaparecimento das palmeiras produtivas de babaçu é uma de suas maiores problemáticas, pois em certos momentos do ano não têm tanto coco para se extrair a amêndoa. Outra problemática são as condições colocadas para que essas mulheres tenham acesso ao coco, como ter permissão para coletar o babaçu em certas terras, os proprietários impõem a condição de que em troca as quebradeiras produzam o carvão da casca do babaçu e lhes entreguem.

Essas condições são colocadas por quase todos os fazendeiros que possuem terras não tituladas dentro da comunidade. Em certos casos, para as quebradeiras coletarem o babaçu precisam pedir autorização para os fazendeiros e nem sempre é permitido a entrada nas áreas de babaçuais.

CAPÍTULO 4

DIREITOS, LEIS E

O BABAÇU



4.1 Legislações, Resistência e Luta das mulheres quebradeiras do MIQCB

O sistema patriarcal sempre oprimiu os posicionamentos das mulheres, colocando limites para suas atividades, suas formas de vestimentas, seus gostos, seus conhecimentos, colocando para elas vivências desumanas, sem direitos básicos e com deveres que requer força e garra, principalmente em suas atuações domésticas e o cuidado com os filhos.

A condição da mulher no Brasil era e ainda é bem complicada por vários motivos, como o sexismo implantado na sociedade e outros. O primeiro direito básico conquistado pelas mulheres ocorreu em 1827, com a lei que facilitou o acesso à escola no ensino básico, já que, para a sociedade da época, a única serventia das mulheres era ter filhos e cuidar da casa do marido. Assim, o art. nº 11 da Lei Federal 7.813 de 1827, outorga que "haverá escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas" (BRASIL, 1827).

Esta Lei, já revogada, trouxe para as mulheres o direito de estudar, ingressar nas escolas de "primeiras letras", atual Ensino Fundamental I, na qual elas iriam ser alfabetizadas apenas com os assuntos mais básicos do ensino comum. Mesmo sendo uma "vitória" para as meninas da época, essa lei segregou as mesmas com a separação de escolas para meninas e meninos; colocou para elas os ensinamentos da economia doméstica, que mais uma vez mostra atitudes sexista e patriarcais; e ao final do curso, passar por um exame final em público, para obter aprovação do seu conhecimento, porém, essa regra só era implementada para as meninas.

Essa Lei colocou o direito para meninas das cidades que apresentavam uma certa quantidade de pessoas, mas as meninas do campo não obtiveram a mesma oportunidade para estudar, além de terem uma situação bem complicada, pois desde cedo são colocadas para trabalhar na roça e para ajudar nas atividades domésticas, elas não foram incluídas na escola com essa lei, pois as meninas e mulheres do campo só tinham acesso quando tinham a oportunidade de ir para a cidade ou quando a família tinha condições mantê-la em certas localidades.

A Constituição de 1988 em seu art. 6, trouxe o acesso mais horizontal da educação, facilitando o acesso a alfabetização para os estudantes da cidade e do campo. Mas, mesmo com a essa facilidade de ingressar na educação, para as meninas e mulheres do campo não foi muito fácil para se manter estudando, assim como coloca Maria Francisca, mais conhecida como "Chica" quando questionada qual sua maior dificuldade na época que era criança:

“Foi estudar. Minha mãe até que me colocou para estudar, mas quando eu chegava do mato, eu chegava cansada, comia aquele pouco de arroz, ia para o colégio, fazia lição, estudava um pouco de tabuada e ia para casa, no outro dia tava na luta”

O caso da Maria Francisca não é um caso isolado, as outras entrevistadas também expõem relatos parecidos com o dela, sair bem cedo de casa para acompanhar a mãe na quebra do coco babaçu, retornar no anoitecer, se alimentar mal e ir para escola. Maria até hoje é analfabeta, mas sua maior vitória é que com a quebra do babaçu, a sua roça de todo ano, sustentou e colocou seus filhos para estudar, tendo duas de suas filhas formadas no Ensino Superior.

As mulheres do campo sempre foram desassistidas pelo Estado, na questão da saúde essa é uma de suas maiores dificuldades, pois o serviço público não apresenta qualidade e um dos seus maiores problemas é a falta de postos de saúde ou até hospitais para garantir direitos mínimos.

O direito ao acesso à identificação, com o porte de documentações, trouxe o sonho da mulher do campo de se aposentar e poder ter uma vida mais “tranquila” para cuidar de si e de seus netos na velhice, mas sempre mantendo a quebra do coco. Mas, o sonho das quebradeiras é o ainda Projeto Lei, chamado “Lei do Babaçu Livre.

A união das quebradeiras de coco babaçu por meio do MIQCB, fez com que uma das maiores lutas das quebradeiras fosse parcialmente conquistada, com o Projeto de Lei PL 231/2007 (BRASIL, 2007) que visa a proibição da derrubada dos babaçuais e facilita a entrada das quebradeiras em propriedades que as palmeiras ainda existem. Este Projeto de Lei marcou a vida de mulheres (na maior parte dos casos) extrativistas do babaçu, com a conquista do livre acesso nas áreas de babaçuais e a preservação da região dos cocais.

Com algumas leis de proteção dos babaçuais em escala municipal, surge o Projeto de Lei 231/2007, com autoria do deputado Domingos Dutra (PT/MA), que aponta no documento original de solicitação da PL que foi apresentado depois de doze anos na Câmara de Deputados em Brasília - DF, dizendo que:

O projeto foi vítima da “síndrome” dos vices: em 1995 o projeto foi apresentado pela primeira vez, pelo signatário, que renunciou ao mandato em 1997 para ser Vice – Prefeito de São Luís, sendo o projeto arquivado em 1999. No mesmo ano, o Deputado Valdir Ganzer reapresentou o projeto, sendo arquivado em 2003, em face do mencionado deputado ter sido eleito Vice - Prefeito de Belém. Em 2003 a Deputada Teresinha Fernandes reapresentou o projeto, o qual foi arquivado agora em 2007, em face da deputada não ter

concorrido à reeleição e ter disputado a candidatura de Vice – Governadora do Estado do Maranhão (DUTRA, 2007 p. 4).

Como coloca a maior desavença desta PL foi a renúncia dos candidatos que trouxe o assunto da proteção dessas áreas a partir do ano de 1997, levando a seu arquivamento em 1999 sendo arquivada novamente em 2003, após mais uma falha, a terceira tentativa não foi diferente apresentando o arquivamento em 2007 no qual mais uma vez o projeto foi arquivado pela assim chamada “síndrome do vice”, na qual todos os deputados que apresentaram ou representaram este projeto não o concluído devido suas candidaturas para outros cargos políticos.

O abandono do Projeto de Lei foi constante, tornando sua aprovação tardia, prolongando o sofrimento das quebradeiras que vivem das atividades do babaçu. Os principais objetivos do Projeto de Lei, que serão válidas para os estados Pará, Maranhão, Tocantins, Piauí e Goiás são:

Art. 2º Fica proibida a derrubada de palmeiras de babaçu nos Estados referidos, salvo: I. Nas áreas destinadas a obras ou serviços de utilidade pública ou de interesse social declaradas pelo poder público, após a manifestação das comunidades envolvidas; II. Para aumentar a reprodução da palmeira ou facilitar a produção e a coleta, após relatório de impacto ambiental e mediante a autorização do poder competente (DUTRA, 2007).

O Projeto de Lei 231/2007, em seu segundo artigo, aponta a crucial proibição da derrubada dos babaçuais nos estados já citados acima e que a mata dos cocais está presente. Colocando ainda apresentação de relatórios de impacto ambiental como obrigatoriedade no caso de grandes obras que irão agredir a mata dos cocais nesses estados.

Devido a maioria dos danos causado à mata dos cocais foi devido as atividades oriundas do agronegócio, em sua maioria pelas atividades da agropecuária, a PL trouxe em art. 3º, uma regra para a tentativa de redução dessas atividades, pois:

Nas propriedades em que se desenvolvem atividades agropecuárias, os desbastes dos babaçuais serão autorizados de acordo com as seguintes condições: I. Serão sacrificadas prioritariamente as palmeiras improdutivas, após a realização de estudos técnicos e a autorização do poder competente; II. Mediante plano de proteção contra as queimadas das palmeiras remanescentes: § 1º Fica proibido o uso de herbicidas no processo de desbaste ou derruba. § 2º O órgão federal responsável pela execução da política ambiental poderá autorizar o raleamento e o desbaste mediante consulta à comunidade que pratica o extrativismo na área em questão (DUTRA, 2007).

Para dar espaço aos pastos da agropecuária, fazendeiros fazem o corte das palmeiras de babaçu sem ter o respeito com sua produtividade, visando sempre no desenvolvimento do capim aplicado na área assim o Projeto de Lei permite apenas o corte de palmeiras que não estão produzindo seus frutos; a PL proibiu o uso de herbicidas pois o envenenamento das palmeiras vem se tornando algo comum assim como a queimada das palmeiras que ocorre quando os fazendeiros querem fazer a renovação das áreas de pastos.

Esse Projeto de Lei tem como maior objetivo a proteção dos babaçuais, valoriza o trabalho de produção da diversidade de produtos do babaçu e da sua palmeira, o trabalho da produção extrativista que complementa a subsistência das famílias que vivem dos babaçuais e de tudo que puder ser reproduzido. Mas, para serem assegurados e “protegidos” por leis para o uso do babaçu, não pode ser, ainda, vivida por todas as famílias de alguns dos seis estados que apresentam a presença da mata de babaçu, pois infelizmente, alguns estados ou municípios não implantaram suas próprias leis, já que não existe uma lei federal aprovada.

Os Quadros 1 e 2 mostram algumas leis municipais e estaduais, que já foram aprovadas e que de certa forma deram inspiração para a criação da PL 231/2007.

Quadro 1: Leis Municipais do “Babaçu Livre” aprovadas

LEI MUNICIPAL (Nº)	MUNICÍPIO	ESTADO
Lei 227/2006	Amarante do Maranhão	MA
Lei 001/ 2005	Cidelândia	MA
Lei 255/1999	Esperantinópolis	MA
Lei 1.084/ 2003	Imperatriz	MA
Lei 05/1997 e 01/2002	Lago do Junco	MA
Lei 32/1999	Lago dos Rodrigues	MA
Lei 466/2003	Lima Campos	MA
Lei 1.137/2005	Pedreiras	MA
Lei 319/2001	São Luís Gonzaga	MA
Lei 0168/2012	São Pedro da Água Branca	MA
Lei 052/2005	São José dos Basílios	MA
Lei 106/2007	Vila Nova dos Martírios	MA

Fonte: COSTA, 2022.

Quadro 2 - Leis Estaduais do Babaçu Livre

NÚMERO DA LEI	ESTADOS
Lei 1959/2008	Tocantins - TO
Lei 4734/1986	Maranhão - MA
Lei 4755/2015 ³	Piauí - PI
Lei 9.574/2011 ⁴	Mato Grosso - MT

Fonte: COSTA, 2021.

Todos esses Projetos de Lei visam o fortalecimento do coletivo, já que sua aprovação em alguns municípios e estados ampliam o livre acesso aos babaçuais, ampliando também a organização das quebradeiras de coco babaçu e seu modo de vida camponesa.

A produção do babaçu é extrativista, pois as palmeiras estão localizadas em qualquer lugar das matas dos cocais e demoram anos para se desenvolverem e poder dar frutos, essas palmeiras crescem em regiões de clima quente, podendo atingir até 20 metros de altura, oferecendo matéria prima para uma diversidade de produtos úteis tanto para a alimentação quanto para diferentes atividades domésticas como limpeza e confecção de artesanato.

(...) do babaçu, nada se perde. Da palha, cestos, teto de casas, balaio, cofos⁵ etc. Da casca, carvão. Do caule, adubo. Das amêndoas, óleo, azeite, sabão e leite de coco. Do mesocarpo, a farinha, biscoito, doce (BARTABURU, 2018)

Para a produção de todos esses produtos oriundos dos babaçuais, as quebradeiras de coco babaçu precisavam conquistar o acesso às áreas cercadas que as palmeiras produtivas estão presentes. O extrativismo no Maranhão não apresenta uma data de início, pois a prática é utilizada como complemento econômico na atualidade, mas historicamente não se tem data exata.

A situação das quebradeiras se agravou devido ao aumento do número de grilagem de terras, apossamentos e privatização dos terrenos, iniciando uma série de organizações coletivas e o vínculo com outros coletivos e ONG 's, para elas terem o

³ Projeto de Lei ainda não aprovado no estado do Piauí

⁴ Projeto de Lei aprovado com o nome de “Babaçu Social”

⁵ Cofó é uma diversidade de cesto alongado produzido da palha de palmeira, utilizada para transportar alguns produtos, animais, objetos etc.

direito de entrar nos terrenos para fazer a coleta do coco. O número de grilagem de terras por latifundiários era/é bem grande, voltadas para o desenvolvimento de atividades ligadas ao agronegócio.

Para ter vez e voz, nos anos 1970 e 1980 ocorreu o conflito entre as quebradeiras de coco babaçu e as pessoas que se apossaram de terras, cujo objetivo era “privatizar” o coco babaçu de “suas terras”. Desde então, alguns problemas têm sido causados, como a destruição mata de cocais, envenenamento de babaçuais, instalação de cercas com arame farpado e preços muito baixos pelo quilo do coco babaçu.

Fadadas à segregação, essas mulheres começaram a se organizar para conquistar reconhecimento e visibilidade para a lida das quebradeiras, em 1991, ONGs desenvolveram a primeira reunião para tratar das problemáticas que elas estavam passando no campo, reunião recebeu a denominação de Encontro Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu realizada na cidade de São Luís no Maranhão.

Com o primeiro encontro foi criado a “Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu”. No ano seguinte, o movimento cresceu e começou a se organizar melhor, passando a se chamar Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

Em escala nacional, o extrativismo do coco babaçu ocorre nos estados do Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins, sendo o estado do Maranhão o que apresenta a maior concentração de quebradeiras, mas, em escala nacional existem mais de 300 mil quebradeiras de coco babaçu (ACTIONAID, 2020).

A resistência do MIQCB promoveu objetivos e conquistas legais nas esferas governamentais, a de maior destaque é a proteção das matas dos cocais, não permitindo a derrubada das palmeiras em seis estados (PL 231/2007); o livre acesso para a coleta do babaçu em territórios privados que, normalmente, apresentam áreas de pecuária. Assim, promovendo a valorização da cultura do campesinato, sendo passada de pai para filho, tornando a vivência das quebradeiras e seus familiares com um pouco mais de dignidade e (re)conhecimento das suas lutas.

Com o MIQCB, as quebradeiras de coco babaçu fizeram grandes conquistas econômicas e sociais. O movimento trouxe novas técnicas para a produção de novos produtos advindos do babaçu e da palmeira, assim como a prática da quebra do coco em união (Figura 9).

Figura 9 - Mulheres em união no trabalho manual da quebra do babaçu



Fonte: COSTA, 2022.

Para as quebradeiras de coco babaçu poder utilizar e produzir tudo que o babaçu e a palmeira oferecem é necessário manter vivo o modo tradicional de reprodução no território, pois essas mulheres juntas com o MIQCB, lutam pelo acesso aos territórios que ainda apresentam as palmeiras produção do babaçu, já que, as matas de babaçu estão sendo derrubadas para as atividades pecuárias, algumas monoculturas, sojicultores e diversas atividades do agronegócio que derrubada as palmeiras para utilizar os maquinários ou colocar o gado para pastar.

Em outros casos, algumas áreas que apresentam as palmeiras de babaçu, não existe o livre acesso, que é proibido pelos donos das terras, gerando conflitos entre ambos os lados, normalmente, esses donos de terras colocam jagunços ou seus próprios vaqueiros para não permitir o acesso das quebradeiras.

O movimento trouxe visibilidade, direitos, reconhecimentos, mais representatividade para as comunidades que apresentam essas atividades, conscientizando as mulheres sobre a sua identidade e buscando direitos que foram negados por anos para essa classe de trabalhadoras rurais. Lembrando que a luta pelos direitos continua, e resistir para conquistar é uma dádiva.

4.2 Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) e o “dinheiro do coco”.

Desde o início da atividade extrativista de todos os produtos oferecidos pela natureza, existe a desvalorização do produto e a reprodução do pequeno extrativista que o trata e deixa-o pronto para ser utilizado na indústria. Assim, como o extrativismo do babaçu, que historicamente as amêndoas eram trocadas por arroz, café e outros alimentos para manter a subsistência da família, já que o quilo dos produtos apresentava um valor muito baixo de “0,40 centavos” (PGPM-Bio, 2021, p.18).

Historicamente, as amêndoas do babaçu eram vendidas com preços extremamente baixos, diminuindo o verdadeiro valor que aquele produto apresenta para as quebradeiras de coco babaçu.

Para Smith (1996, p. 83) dizendo que “O preço real de cada coisa, ou seja, o que ela custa à pessoa que deseja adquiri-la é o trabalho e o incômodo que custa a sua aquisição”, situação a qual essas mulheres não tinham, já que todo seu trabalho de ir até as quintas ou terras com os babaçuais em produção, a coleta, o transporte para os locais de quebra que normalmente são próximas às suas casas (Figura 10), a força para extrair a amêndoa e outros trabalho não são colocados na balança do preço de seu trabalho.

Com o intuito de melhorar a renda de famílias que trabalham com o extrativismo, moradores de comunidades remanescentes quilombolas que mantêm atividades sustentáveis, o governo federal instituiu a Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000) em seu Art. 7, no § 2º “O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL, 2000), garantindo o uso sustentável dos bens naturais por essas comunidades.

Com base nessa Lei, foi criado o Decreto Nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007), que institui no Art. 1º a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, objetivando a elaboração de atividades sustentáveis para a geração de economia dentro das comunidades tradicionais.

A Política de Garantia do Preço Mínimo foi desenvolvida com base no Decreto já citado, garantindo o preço mínimo para os produtos do extrativismo e premiando anualmente os extrativistas que apresentam a meta colocada nesta política, tornando-se um incentivo para a proteção das áreas de 17 produtos extrativistas, sendo eles açaí,

andiroba, babaçu, baru, borracha extrativa, buriti, cacau extrativo, castanha-do-brasil, carnaúba, juçara, macaúba, mangaba, murumuru, pequi, piaçava, pinhão, pirarucu e umbu para o ano de 2021.

Figura 10 – Local de quebra manual do babaçu próximo a casa da quebradeira



Fonte: COSTA, 2022.

A PMPG é uma subvenção em forma de bônus para os extrativistas continuarem com as atividades, valorizando seu trabalho e dedicação para a extração e cuidado com a natureza. Mas, para que os extrativistas tenham acesso a esta política, no caso das quebradeiras de coco babaçu é preciso apresentar certas documentações necessárias para que o governo federal tenha ciência da regularização dessas mulheres.

A documentação necessária para o cadastro na política, segundo o Caderno de Estudos da PGPM-Bio são:

- Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) válida ou outro documento que vier a substituí-la;
- Cópia do RG (Carteira de Identidade);

- Cópia do CPF (se o n.º do CPF estiver registrado no RG, basta encaminhar a cópia do RG);
- Documento de solicitação de subvenção - Nota Fiscal de Saída (venda) emitida pelo produtor extrativista ou Nota Fiscal de Entrada (compra) emitida pelo adquirente em nome do produtor extrativista - Documento “Solicitação de Subvenção Direta”.

No caso da DAP que é a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), precisa ser emitida e sempre atualizada a cada dois anos no site do governo federal, é a documentação que aos olhos do Estado, identifica agricultores familiares e assentados para terem acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa de Alimentação Escolar (PNAE).

Esta declaração ainda é um problema para as quebradeiras de coco babaçu, pois muitas delas não têm acesso a internet para atualizar a documentação e dependem do líder responsável de sua nota fiscal para atualizá-lo. Desta forma, a desatualização desse documento acarretará o bloqueio do bônus que as mulheres iriam receber pelo seu trabalho anual.

A PGPM-Bio com seus 17 produtos que estão ligados ao extrativismo apresenta uma tabela com seus preços mínimos (Quadro 3) que trouxeram uma garantia no preço do seu produto, lembrando que para cada produto existe um limite do benefício

TABELA 3 - Preço de subvenção da PGPM-Bio em 2021

Produtos	Preços Mínimos (R\$/kg)	Limite de subvenção (R\$/DAP)	Unidades da Federação/ Regiões amparadas
Açaí (fruto)	1,41	1.500	Norte e Nordeste
Andiroba (amêndoa)	0,94	2.500	Norte e Nordeste
Babaçu (amêndoa)	3,82	3.500	Norte e Nordeste e MT
Baru (amêndoa)	25,50	1.000	Centro-Oeste, MG, SP e TO
Borracha extrativista Cernambi	5,58	3.500	Norte (exceto TO) e Nordeste e MT
Buriti	1,24	3.000	Norte
Cacau extrativista (amêndoa)	7,79	2.000	AC, AM, AP e PA
Castanha-do-Brasil (com casca)	1,75	1.000	Norte (exceto AM) e MT
	2,44	1.000	Amazonas
Juçara (fruto)	1,98	4.000	Sul

	3,24	4.000	Sudeste
Macaúba (fruto)	0,44	3.000	Norte e Nordeste
	0,40	3.500	Centro-Oeste e Sudeste
Mangaba (fruto)	2,36	2.000	Nordeste
	1,91	1.500	Sudeste e Centro-Oeste
Murumuru	1,03	1.000	Norte
Pequi	0,56	3.500	Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste
Piaçava (fruto)	2,41	4.000	Norte
	2,41	4.000	Bahia
Pinhão	3,49	4.000	Sul, SP e MG
Pirarucu	7,83	2.500	AM
Umbu	0,84	2.500	Nordeste e MG

Fonte: CONAB, 2021.

Para os extrativistas receberem os valores do limite máximo apresentados na tabela, é preciso ter um controle de venda ou compra do produto, que apresentará uma nota fiscal (Figura 11) emitida pelo comprador idôneo, quitandeiro, dentre outros responsáveis para fazer o controle da produção de cada um desses produtos.

Figura 11 - Nota Fiscal disponibilizada pela PGPM-Bio.

Endereço: Pov. Santo Antonio dos Sardinhas - Lima Campos-MA.
CEP: 65.728-000

Nome: _____

Endereço: _____

SEMAPP
Sistema Estadual de Monitoramento e Avaliação da Produção Agropecuária
PGPM-Bio

DATA	PRODUTO	QUANTIDADE (KG)	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
	Amêndoa de Babaçu			
	Amêndoa de Babaçu			
	Amêndoa de Babaçu			
	Amêndoa de Babaçu			
	Amêndoa de Babaçu			
	Amêndoa de Babaçu			
	Amêndoa de Babaçu			
	Amêndoa de Babaçu			
	Amêndoa de Babaçu			
	Amêndoa de Babaçu			
	Amêndoa de Babaçu			
	Amêndoa de Babaçu			
	Amêndoa de Babaçu			
	Amêndoa de Babaçu			
	Amêndoa de Babaçu			

TOTAL DE KG

Assinatura _____

Fonte: COSTA, 2022

Baseando nos dados fornecidos nas notas fiscais de cada extrativista, é feito um cálculo do valor do preço mínimo para designar o valor que ele irá receber do PGPM-Bio. A nota fiscal para a versão de 2022 já apresenta o nome do comprador/vendedor idôneo, o nome da localidade em que ele (a) reside, a data da compra ou venda do produto, quantidade recebida na que data, valor por Kg (quilo) e ao final precisa ser assinado pelo comprador/vendedor idôneo.

O cálculo (Figura 12) que é realizado já pela PGPM-Bio baseado na produção anual de cada extrativista, ressaltando que mesmo ultrapassando o limite do valor máximo de produção, é pago o valor limite do bônus colocados na tabela 1, e mesmo com o total dos valores que cada extrativista irá receber, o responsável legal receberá 3% do valor total de cada produtor.

Figura 12 - Cálculo da Subvenção do PGPM-Bio

Cálculo do valor da subvenção

$VSP = QP \times (PM - PV)$, limitado ao LSPA, onde:

VSP = valor da subvenção a ser pago;

QP = quantidade do produto (constante da nota fiscal de venda ou de entrada);

PM = preço mínimo;

PV = preço de venda constante da nota fiscal de venda ou de entrada;

LSPA = limite de subvenção por produto por ano.

Fonte: MOC/CONAB, 2018

Os valores de subvenção são pagos anualmente para os extrativistas, dinheiro que é normalmente é liberado para saque no início de cada ano em que a política é confirmada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em conjunto com o Ministério da Economia que são os precursores da portaria interministerial que confirma o valor que será gasto para cada ano da política.

No caso do coco babaçu (Figura 13) dentro do PGPM-Bio, é classificado o “quinto maior produto nativo em termos de valor da produção no país” (CONAB, 2022), tendo como maiores destaques os estados do Maranhão e Piauí que apontamos maiores índices de produtividade da amêndoa do coco babaçu. Mas, infelizmente apresenta dados de queda do rendimento, mostrando os reflexos da situação que as quebraadeiras passam no campo e com o descaso com suas atividades.

Figura 13 - Coco babaçu

Fonte: CULTE, 2017

Como a mencionada, a PGPM-Bio foi criada no ano de 2009 pelo governo federal com o Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007), para subsidiar uma forma de bonificação para os extrativistas, assim como as quebradeiras visando o envolvimento e continuação dessas mulheres para a prática extrativista de um dos produtos mais utilizados para vários setores do comércio e da indústria.

A extração do coco babaçu está presente nas regiões Norte, Nordeste e no estado do Mato Grosso, na qual são essas localidades que estão inseridas na política de subvenção da união. Mas o estado do Maranhão é o que apresenta o desenvolvimento da produtividade do babaçu, mesmo apresentando queda na produção nos últimos anos (Figura 14) por diversos motivos, sendo o reflexo das dificuldades que as quebradeiras enfrentam.

Figura 14 - Gráfico da quantidade e preço da produção 2016-2022

Fonte: CONAB, 2022.

Ainda segundo os dados fornecidos pela Conab (2022) sobre a produção do babaçu:

[...] em 2020 foi de 47.706 toneladas, quantidade 2,2% menor que em 2019, quando a produção nacional de babaçu foi de 48.706 toneladas, sendo que em 2019 a produção já apresentara uma redução de 4,1% em relação ao ano anterior, quando a produção foi de 50.798 toneladas, conforme pode ser observado. Nesse período, a amêndoa de babaçu perdeu cerca de 54% da sua produção. (CONAB, 2022, p. 14)

No ano de 2020 a produtividade da amêndoa do babaçu foi prejudicada devido a pandemia da COVID-19, colocando as quebradeiras de coco babaçu para reduzir a extração devido às orientações de prevenção da doença, colocando essas mulheres dentro de casa sem ter a possibilidade de reproduzir os produtos do coco e ficando reféns apenas as vendas, produção do carvão, azeites e óleos para uso domésticos.

Para a aplicação da política no estado visando o aumento desses dados de produção, foi apenas quatro anos após a criação da política, tendo sua chegada dos benefícios no ano de 2012 e 2013 no Maranhão, sendo os municípios de Lima Campos e São Luís Gonzaga do Maranhão, assim chamado pelas principais agentes da política de valorização extrativista de “dinheiro do coco”.

Para chegarem aos benefícios do PGPM-Bio, muitas das quebradeiras da comunidade Santo Antônio dos Sardinhas tiveram que passar por um grande processo de cadastro dos documentos, já que algumas dessas mulheres não tinham ou nem eram cadastradas na DAP, que é um dos documentos que mais traz problemáticas, pois sua desatualização gera o não recebimento da bonificação da política.

Como a maior parte das quebradeiras não tem acesso à internet ou não lembram as datas corretas para as atualizações dos seus cadastros, elas só descobrem que estão com documentação desatualizada quando a responsável legal chega avisando que o seu benefício se encontra bloqueado, fazendo com que em muitos casos essas extrativistas tenham seu dinheiro devolvido para os cofres públicos.

Para as quebradeiras da comunidade desta pesquisa, quanto foram entrevistadas e perguntadas sobre o “dinheiro do coco”, elas sempre respondem que foi um dos melhores benefícios que já receberam, algumas até falam que aguardam ansiosas para chegar ao período de receber o dinheiro e assim realizar mínimas reformas na casa, compra eletrodomésticos, comprar os materiais escolares dos filhos, dentre outros.

Infelizmente esse valor é incerto para as quebradeiras, devido que os únicos que controlam a quantidade de coco quebrado são os responsáveis legais e os compradores/vendedores idôneos. Outro problema para calcular o valor é o fato de que

algumas dessas mulheres não são bem-informadas sobre como funciona o cálculo da política e por serem analfabetas.

Como na política existe um limite máximo do valor para receber, sendo uma meta bem difícil de alcançar, algumas mulheres ainda colocam as filhas para quebrar o coco junto com elas para garantir uma maior quantidade de quilos quebrados que é normalmente vendido toda sexta-feira, como pode ser observado na Figura 15, que mostra os dados de uma das quebradeiras que coloca suas filhas que já tem o ensino médio e não trabalham de outra forma para ajudá-las na quebra do coco.

Figura 15 - Tabela preenchida por comprador idôneo com dados de mãe e filhas

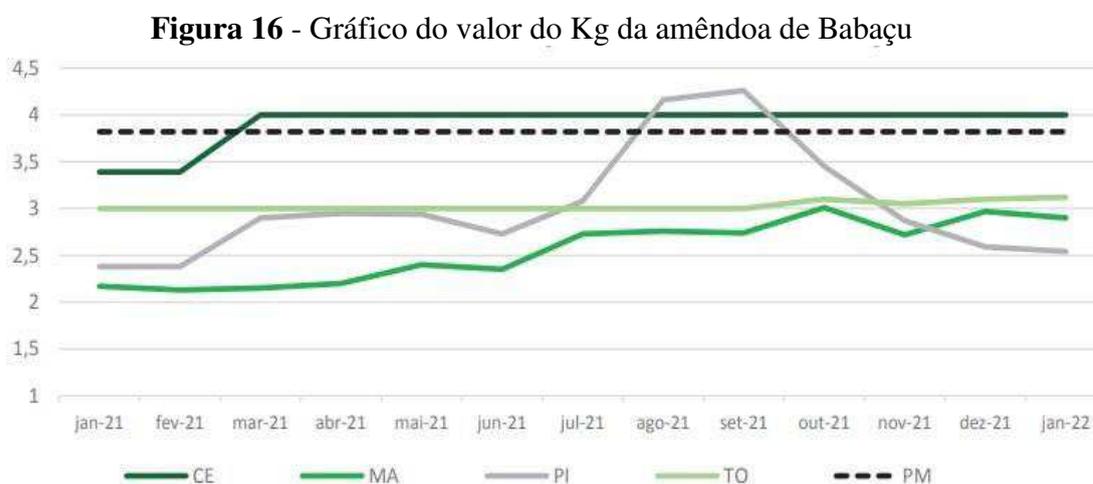
DATA	PRODUTO	QUANTIDADE (KG)	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
10/06/22	Amêndoa de Babaçu	35	3,50	122,5
17/06/22	Amêndoa de Babaçu	40	3,50	140
24/06/22	Amêndoa de Babaçu	20	3,50	70
01/07/22	Amêndoa de Babaçu	30	3,50	105
08/07/22	Amêndoa de Babaçu	50	3,50	175
22/07/22	Amêndoa de Babaçu	45	3,50	157,5
05/08/22	Amêndoa de Babaçu	50	3,50	175
12/08/22	Amêndoa de Babaçu	35	3,50	122,5
26/08/22	Amêndoa de Babaçu	42	3,50	147
02/09/22	Amêndoa de Babaçu	35	3,50	122,5
09/09/22	Amêndoa de Babaçu	40	3,50	140
16/09/22	Amêndoa de Babaçu	38	3,50	133
TOTAL DE KG				460

Fonte: COSTA, 2022.

Como pode ser observado, a ficha desta quebradeira apresenta dados da quantidade de quilos quebrados por semana com valores bem altos, como mostra a compra do dia 05/08/2022, que apresenta 50 kg de amêndoas de babaçu compradas, sendo um valor muito alto para ser quebrado em uma semana e tendo em três meses, 460 kg de coco quebrado em aproximadamente 4 meses.

Outra observação importante da ficha é o valor do Kg do da amêndoa do babaçu, que para o ano de 2022 está sendo comprado por 3,50 reais, valor que ajuda muito mais na vida das quebradeiras, pois em muitos casos esse é a única renda da família, colocando para trás a situação do valor do coco de apenas 0,40 centavos o quilo, preço que desmerece o real valor desta forma de trabalho.

A Figura 16 mostra o preço do quilo do coco já nos anos de 2021 e 2022, após a aplicação da política e das orientações dos responsáveis legais que auxiliam na garantia do valor da amêndoa nos estados em que o PGPM-Bio está presente para a subvenção do valor do coco babaçu.



Fonte: CONAB, 2022.

Como se pode observar no gráfico, o valor do preço da amêndoa do babaçu não ficou abaixo de 2 reais no ano de 2021 e em janeiro de 2022. Esse valor por quilo coloca as quebradeiras em uma situação de vida melhor quando se compara com os anos iniciais da compra e venda do babaçu nos anos anteriores. Desta forma, como relatado nas entrevistas, as quebradeiras juntam dinheiro para pagar as contas, comprar comida, material escolar e suprir necessidades básicas delas e da família.

Para as quebradeiras entrevistadas o "dinheiro do coco" trouxe para elas felicidade, mesmo que a subvenção seja paga apenas uma vez ao ano, elas colocam que desta vez foram vistas e lembradas pelo Estado. Este dinheiro auxilia a vida de domésticas que as quebradeiras levam e ainda levam, na qual a opressão de sua classe, dos seus costumes e da desvalorização do modo de vida dessas mulheres que acreditam na palmeira, que preservam a natureza e o ecossistema em que estão inseridas.

Em uma das entrevistas realizadas para este trabalho, a quebradeira Maria Eunice, mais conhecida como "Mourão" (Figura 17), que iniciou sua vida na lida do coco ainda na infância junto com sua avó, na adolescência foi trabalhar como empregada doméstica, aos 21 anos casou-se e voltou para a vida do coco babaçu. Ela relata que na época não existia o programa Bolsa Família, aposentadoria ou qualquer tipo de subsídio para

auxiliar na economia da casa dentro da comunidade, assim tendo que colocar todos os seus filhos para trabalhar na roça, juntar coco e quebrá-los.

Figura 17 - Dona Maria Eunice fazendo a quebra manual do babaçu



Fonte: COSTA, 2022.

Para a Maria Eunice, o "dinheiro do coco" chegou em boa hora, por ser um bônus, esse benefício se torna um dos maiores incentivos para continuar a vida tradicional do coco e do extrativismo, que durante anos resistiu para ter o preço valorizado, ter o reconhecimento nas atividades das quebradeiras e da subsistência de sua família.

Em todas as entrevistas as quebradeiras da comunidade se sentem satisfeitas com a política do preço mínimo, mesmo tendo suas desinformações em certos momentos, com a demora do benefício e com o valor pago com a subvenção. Sua maior preocupação é com o pequeno número de babaçuais que ainda produzem, com o acesso aos pastos cercados devido a proibição pelos donos da terra. Sua preocupação com o desinteresse dos mais jovens pela prática do coco e de sua enorme identidade.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES

FINAIS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivo principal desta pesquisa é compreender a atual situação dos conflitos enfrentados pelas quebradeiras de coco babaçu, levantar a situação das políticas públicas voltadas para essas mulheres, colocando como o agronegócio está facilitando o impacto na mata dos cocais e afetando a socioeconômica das quebradeiras da comunidade.

Analisamos como o território da comunidade e o seu uso próprio e característicos para as atividades tradicionais camponesas dentro da área quilombola escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa.

Foi possível levantar dados sobre o histórico da comunidade com as próprias quebradeiras, e analisando sua territorialidade específica com o uso do território, baseado no seu histórico, sua cultura, organizações e desenvolvimento socioeconômico. Refletindo sobre o que tem existência na comunidade e seu desenvolvimento de resistência para manter as tradições da comunidade ainda ativas.

Levantamento de dados sobre o avanço da pecuária extensiva no estado do Maranhão durante os anos, abordando sua distribuição e territorialização dentro do estado. Exposto também, como o gado e o agronegócio destroem os biomas, principalmente a mata de cocais por ser uma grande área de transição, sendo muito mais propícia para a instalação das atividades agropastoris e sofrendo com as queimadas e com o desmatamento.

Apontando sobre o futuro das atividades extrativistas do babaçu, analisando como os impactos sofridos pela mata de cocais pode acarretar no futuro desaparecimento da extração do babaçu, devido à redução das palmeiras ainda em produção, o cercamento e a proibição do acesso às mesmas áreas que apresentam essa palmeira. Tendo esta problemática e conflito devido o descumprimento das leis e a ausência de fiscalização para evitar os impactos sofridos por esse ecótono.

Observando como políticas públicas voltadas para as mulheres quebradeiras de coco babaçu tem aumentado suas expectativas com o extrativismo, principalmente com PGPM- Bio e sua subvenção anual levando a garantia do preço na amêndoa do babaçu, já que por ano elas foram vendidas por preços que os donos de quitandas e comércios determinavam, mas a política trouxe o preço mínimo e um pouco de valorização ao trabalho das quebradeiras e seus produtos do extrativismo.

REFERÊNCIAS

- ACTIONAID. **Conheça as quebradeiras de coco babaçu e seu papel na defesa do meio ambiente.** (Site), 2020. Disponível em: <https://actionaid.org.br/noticia/conheca-as-quebradeiras-de-coco-babaçu/#:~:texto=As%20Quebradeiras%20hoje%20mais,entre%20Amazônia%2C%20Cerrado%20e%20Caatinga>. Acesso em: 22/11/2022;
- BARBOSA, F. B. C. Relações de Produção na Agricultura: algodão no Maranhão (1760 a 1888) e café em São Paulo (1886 a 1929). **Agricultura**. v. 52, n. 2. São Paulo, 2005, p. 4. Disponível em: <http://sbicafé.ufv.br/handle/123456789/7801>. Acesso em: 10/10/2022;
- BASSANESI, D. **Mulheres Camponesas e Sementes Crioulas: o papel das práticas agroecológicas na tomada de consciência.** Dissertação (Agroecologia) Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeira Sul, 2022, p. 60;
- BRASIL. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto Nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 05/09/2022;
- BRASIL. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 05/09/2022;
- BRASIL. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm. Acesso em: 20/08/22;
- BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família: saiba quais são as regras para participar do programa.** 2017. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/setembro/bolsa-familia-saiba-quais-sao-as-regras-para-participar-do-programa>. Acesso em: 01/11/2022;
- CABRAL, Maria do S. C. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão.** São Luís: Sioge, 1992, p. 25;
- CEZAR, I. M; QUEIROZ, H. P; THIAGO, L. R. L. S; CASSALES, F. L. G; COSTA, F. P. **Uma descrição com ênfase no regime alimentar e no abate.** Documento Embrapa Gado de Corte. v. 151. Campo Grande – MS, 2005;
- CONAB. **Boletim da Sociobiodiversidade/ Companhia Nacional de Abastecimento.** v. 6, n. 1. Brasília, 2022. Disponível em: file:///C:/Users/gepga/Downloads/Boletim_Sociobiodiversidade_Marco-2022-Periodo-Eleitoral.pdf. Acesso em: 22/09/2022;
- CANTANHÊDE, J. **O mastro de Santo Antônio dos Sardinhas: uma tradição centenária a prova de pandemia.** (Site), 2020. Disponível em: <https://opedreirense.com.br/o-mastro-de-santo-antonio-dos-sardinhas-uma-tradicao-centenaria-a-prova-de->

pandemia/#:~:text=Santo%20Ant%C3%B4nio%20dos%20Sardinhas%2C%20povoado,o%20catolicismo%2C%20linguagem%20popular%20e. Acesso em: 12/11/2022;

CULTIVE. **Babaçu:** O que é, para que serve e como cultivar. (Site). 2017. Disponível em: <https://blog.culte.com.br/babacu-o-que-e-como-cultivar/>. Acesso em: 15/10/2022;

CUNHA, G. D. S. M.; DUARTE, L. H. S.; SERGIO-JUNIOR, E. M. A necessidade de brigadas de prevenção e combate a incêndios florestais nas áreas cobertas pela mata dos cocais. **V Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental** Belo Horizonte/MG, 2014. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2014/I-056.pdf>. Acesso em: 25/09/2022;

DUTRA, D. **Projeto de Lei Nº 231/2007.** Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01gfpffp5z5mi5ze2kc51eqt83470088.node0?codteor=437471&filename=PL+231/2007. Acesso em: 16/08/2022;

ECODEBATE. **Desmatamento dobra no Cerrado.** 2022. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2022/10/13/desmatamento-dobra-no-cerrado/>. Acesso em: 05/11/2022;

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia do território. *In:* SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. 2009. p. 200 e 201;

HAESBAERT, R. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade.** Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 18/09/2022;

IBGE. **IBGE retrata cobertura natural dos biomas do país de 2000 a 2018.** Agência IBGE Notícia. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28943-ibge-retrata-cobertura-natural-dos-biomas-do-pais-de-2000-a-2018>. Acesso em: 25/10/2022;

IBGE. **Censo Agropecuário:** Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 22/09/2022;

IBGE. **Censo Agropecuário 1995/1996.** n. 1, Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/censoagropecuario/Censo%20Agropecuário_1995_1996_BR.pdf. Acesso em: 22/09/2022;

MARQUES, M. I. M. O Modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB. (Mestrado) Universidade de São Paulo, 1994. Apud: RANGEL, K. S. **Modo de vida e território na reserva extrativista do Rio Cajari (Amapá).** Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, p. 185, 2017;

MARTINS, D. C.; MELO, F. S. O algodão do Brasil e a economia atlântica: comparações entre Maranhão e Pernambuco (C.1750-C.1810). **Anais...** 7ª Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós-Graduação em História Econômica, 2018. Disponível em: [https://www.abphe.org.br/uploads/Encontro_2018/MARTINS_%20MELO.%20O%20ALGOD%20DO%20BRASIL%20E%20A%20ECONOMIA%20ATL%20ANTICA_COMPARA%20C%27%20ES%20ENTRE%20MARANH%20E%20PERNAMBUCO%20\(C.1750-C.1810\).pdf](https://www.abphe.org.br/uploads/Encontro_2018/MARTINS_%20MELO.%20O%20ALGOD%20DO%20BRASIL%20E%20A%20ECONOMIA%20ATL%20ANTICA_COMPARA%20C%27%20ES%20ENTRE%20MARANH%20E%20PERNAMBUCO%20(C.1750-C.1810).pdf). Acesso em: 05/09/2022.

NETO, C. **A Prefeitura de Lima Campos suspende alguns atendimentos presenciais até o dia 12 de março.** 2021. Disponível em: <http://www.coutinhoneto.com.br/2021/02/prefeitura-de-lima-campos-suspende.html>. Acesso em: 14/10/2022;

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993, p. 159;

ROCHA, A. L. C; ECKERT. C. **ETNOGRAFIA: saberes e práticas.** In: Céli Regina Jardim Pinto e César Augusto Barcellos Guazzelli. (Org.). Ciências Humanas: pesquisa e método. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2008;

SACK. R, D. **Territorialidade Humana: sua teoria e história.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 3;

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2007, p. 27;

SMITH, A. **A riqueza das nações.** Coleção Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural. V 1. 1996, p. 87;

SOJA, E. W. **The Political Organization of Space.** Washington, D.C., Association of American Geographers, 1971, p. 19. Apud: RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993, p. 159;

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora Unesp. p. 112. 2004;

APENDICE A



QUESTIONÁRIO

- 1 – Nome?
- 2 – Idade?
- 3 – Quando começou a quebra coco?
- 4 - A quanto tempo mora na comunidade Santo Antônio dos Sardinhas?
- 5 – Você é alfabetizada?
- 6 – Quais suas maiores dificuldade para encontrar o babaçu?
- 7 – O que você acha da derrubada e queimada dos babaçuais?
- 8 – Você tem livre acesso para as áreas de babaçu?
- 9 – O que você acha da PGPM – Bio o “dinheiro do coco”?